



ESC Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da ESC Energia S.A., sociedade constituída com objetivo principal de atuar como sociedade de participações (Holding) de instituições não financeiras, com participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras na qualidade de sócia ou de qualquer outra forma, submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício. E não houve emissões ou recompras de exercícios anteriores.

O lucro operacional aumentou em 0,68% quando comparado ao lucro do exercício anterior. Do lucro apurado, a companhia distribuiu R\$283.789 de dividendos e destinou R\$ 851.367 para reserva de lucros não realizados.

A Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
ESC Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ESC Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



ESC Energia S.A.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



ESC Energia S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

ESC ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8.2	7.640	148.708
Dividendos a receber	6	278.542	277.187
Tributos a compensar		2.585	659
Total do ativo circulante		288.766	426.554
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	4	4.560.095	4.198.451
Total do ativo não circulante		4.560.095	4.198.451
Total do ativo		4.848.861	4.625.005

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2025	2024
CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5	192	446
Obrigações tributárias e fiscais		13	60
Dividendos a pagar	6	283.789	281.351
Total do passivo circulante		283.994	281.858
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	756	-
Total do passivo não circulante		756	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		1.263.586	1.263.586
Reserva Legal		252.717	252.717
Reserva de capital		117.304	117.304
Reserva de Lucros		560.339	1.080.988
Reserva de Lucros a realizar		2.797.544	1.946.176
Resultado abrangente acumulado		(427.378)	(317.625)
Total do patrimônio líquido	7	4.564.112	4.343.147
Total do passivo e patrimônio líquido		4.848.861	4.625.005

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas		-	(5)
Resultado da equivalência patrimonial	4.1	1.118.660	1.113.455
LUCRO OPERACIONAL		1.118.660	1.113.449
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(13)	-
Receitas financeiras		12.592	9.158
		12.580	9.158
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.131.239	1.122.607
Contribuição social	5	(1.132)	(824)
Imposto de renda	5	(3.121)	(2.265)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.126.986	1.119.518

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.126.986	1.119.518
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos da Companhia	(104.387)	96.048
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.022.599	1.215.566

notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)**

	Reserva de lucros					Resultado abrangente acumulado	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros não realizados			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.263.586	116.908	252.717	1.300.988	1.102.122	(411.886)	-	3.624.435
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	96.048	1.119.518	1.215.566
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.119.518	1.119.518
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos	-	-	-	-	-	96.048	-	96.048
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	(1.786)	2.448	662
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos	-	-	-	-	-	(1.786)	1.786	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	662	662
Transações de capital com os acionistas	-	396	-	(220.000)	844.054	-	(1.121.966)	(497.516)
Ganh (perda) em participação sem alteração no controle	-	290	-	-	-	-	-	290
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	3.439	3.439
Aprovação / Reversão da proposta de dividendo	-	-	-	(220.000)	-	-	-	(220.000)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(281.351)	(281.351)
Outros	-	106	-	-	-	-	-	106
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	844.054	-	(844.054)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	1.263.586	117.304	252.717	1.080.988	1.946.176	(317.625)	-	4.343.147
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	(104.387)	1.126.986	1.022.599
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.126.986	1.126.986
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos	-	-	-	-	-	(104.387)	-	(104.387)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	851.367	(5.366)	(846.001)	-
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos	-	-	-	-	-	(5.366)	5.366	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	851.367	-	(851.367)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	(520.649)	-	-	(280.985)	(801.634)
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	2.804	2.804
Dividendos	-	-	-	(520.649)	-	-	(283.789)	(804.438)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	1.263.586	117.304	252.717	560.339	2.797.544	(427.378)	-	4.564.112

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	1.131.239	1.119.518
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Resultado da equivalência patrimonial	<u>(1.118.660)</u>	<u>(1.113.455)</u>
	12.579	6.063
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(1.926)	(595)
Dividendos recebidos	654.078	644.668
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social pagos	3.685	419
Outros passivos operacionais	<u>(7.484)</u>	<u>(222)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	660.932	650.333
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	<u>(802.000)</u>	<u>(503.752)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(802.000)	(503.752)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(141.068)</u>	<u>146.581</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	148.708	2.127
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.640	148.708
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(141.068)</u>	<u>146.581</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ESC ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ESC Energia S.A. (“ESC” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo principal de participar no capital de outras sociedades e na administração de bens e negócios próprios ou de terceiros, localizada em Campinas - SP - Brasil.

A companhia possui participação direta de 20,135% no grupo CPFL Energia que atua no segmento de distribuição, geração, comercialização e transmissão de energia elétrica, além da prestação de serviços voltados para o setor, atuando no Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 20 de março de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo a cada data de reporte e registrado no balanço patrimonial, quando aplicável.

2.3. Moeda funcional moeda e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.4. Participações societárias

A participação societária detida pela Companhia é registrada sobre investimento na CPFL Energia S.A pelo método de equivalência patrimonial. São inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida.

2.5 Provisões para contingências

Em relação às provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui litígios com probabilidades de perda provável ou possível.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco

insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Impostos de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que a realização não seja mais provável.

3.3 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a investida é requerida a distribuir como dividendo a parcela realizada do lucro estabelecido no Estatuto Social como dividendos mínimos obrigatórios, não podendo ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto Social for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme o mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido respectivo. Fica a cargo dos acionistas a definição tempestiva da alocação dos resultados adicionais ao previsto no estatuto.

3.4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia possui ativos financeiros classificados como (i) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo, o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado) e (ii) ativos a custo amortizado (esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, o custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período da apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui passivos financeiros classificados como:

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, classificados pela Companhia como outros passivos financeiros. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis a transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 8.

3.5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício em 31 de dezembro de 2025. A companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”, e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas a partir da data de adoção.

(b) IFRS 19: subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) ter uma controladora

(final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Com base em uma análise preliminar, a Companhia entende não estar abrangida no escopo desse pronunciamento.

(c) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na “data de liquidação” e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

(d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 relacionadas a contratos que fazem referência à eletricidade dependente de condições naturais. As alterações ajustam os requisitos de “uso próprio”, permitem a utilização desses contratos como instrumentos de hedge em determinadas circunstâncias e introduzem novos requisitos de divulgação.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

(e) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu alterações pontuais em normas como IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia ou de sua investida.

4. INVESTIMENTO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Participação no patrimônio líquido da CPFL Energia S.A.	4.568.775	4.211.651
Lucro não realizado entre entidades sobre controle comum		
(*)	(8.680)	(13.200)
Participação no patrimônio líquido apresentado	<u>4.560.095</u>	<u>4.198.451</u>

(*) Este saldo refere-se à eliminação, em anos anteriores, de lucros nas empresas RGE Distribuidora de Energia S.A., SEMESA S.A. (posteriormente incorporada pela CPFL Geração de Energia S.A), CPFL Geração de Energia S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz por conta de processo de reorganização societária ocorrido em 2001, conforme estabelecido nos contratos de concessão entre as empresas subsidiárias e a agência reguladora ANEEL.

Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

Investimento	Quantidade (mil) de ações emitidas pela investida	Percentual de participação	31/12/2025			31/12/2024		2025		2024	
			Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	
CPFL Energia	1.152.254	20,315%	23.978.776	9.388.071	22.489.775	5.484.324	4.568.775	4.211.651	3.518.967	3.461.127	
Apropriação de lucros não realizados							(8.680)	(13.200)	(489.198)	(615.964)	
Total da participação societária							<u>4.560.095</u>	<u>4.198.451</u>	<u>4.152.236</u>	<u>3.959.948</u>	

4.1 Movimentação do investimento

A movimentação dos saldos de investimento nos exercícios de 2025 e 2024 são como seguem:

Investimento	Investimento em 31/12/2024	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendos prescritos	Dividendos	Investimento em 31/12/2025
CPFL Energia	4.198.451	1.118.660	(104.387)	2.804	(655.433)	4.560.095

Investimento	Investimento em 31/12/2023	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Outros	Dividendos	Investimento em 31/12/2024
CPFL Energia	3.817.447	1.113.456	96.048	1.058	(829.556)	4.198.453

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está apresentada como segue:

Descrição	2025	2024
Lucro antes da apuração de imposto de renda e da contribuição social	1.131.239	1.122.607
Exclusões		
Equivalência Patrimonial	(1.118.660)	(1.113.455)
Base tributável	12.579	9.152
Imposto de renda do exercício	(3.121)	(2.265)
Contribuição social do exercício	(1.132)	(824)

6. PARTES RELACIONADAS

A companhia possui como acionista a controladora direta State Grid Brazil Power Participações S.A., empresa controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

Foram consideradas como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo Circulante:		
Dividendos a receber - CPFL	278.542	277.187
Total do ativo circulante	<u>278.542</u>	<u>277.187</u>
Passivo Circulante		
Dividendos a pagar - SGBP	283.789	281.351
Total do passivo circulante	<u>283.789</u>	<u>281.351</u>
Passivo Não Circulante		
Outras contas a pagar - SGBP	756	-
Total do passivo não circulante	<u>756</u>	<u>-</u>
Total passivo circulante e não circulante	<u>284.545</u>	<u>281.351</u>

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 1.263.586 sendo representado por 1.042.392.615 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A participação dos acionistas no capital social está assim distribuída:

Acionista	<u>Quantidade de ações</u>			
	<u>2025</u>		<u>2024</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Participação %</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Participação %</u>
State Grid Brazil Power Participações S.A.	1.042.392.615	100%	1.042.392.615	100%

7.1 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao efeito das mudanças de participação societárias detidas na investida CPFL Energia, em função da Oferta Pública de Ações (OPA), com base no patrimônio das investidas nas datas das referidas alterações de participação.

7.2 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.610.600, que compreende: (i) Reserva Legal de R\$ 252.717; (ii) Reserva de lucros de R\$ 560.339 e (iii) Reserva de lucros a realizar de R\$ 2.797.544.

7.3 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto pelo reflexo sobre o resultado abrangente da investida CPLF Energia, no montante negativo de R\$ 427.378.

Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

	<u>2025</u>
Lucro líquido do exercício	1.126.986
Realização do resultado abrangente	5.366
Dividendo prescrito	2.804
Lucro líquido base para destinação	1.135.156
Reserva de lucros não realizados	(851.367)
Dividendos mínimo obrigatório	(283.789)

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

8.1 Classificação e mensuração

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

O instrumento financeiro cujo valor contábil se aproxima dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras são os dividendos.

Os instrumentos financeiros classificados e mensurados como valor justo ao resultado são os saldos de caixa e equivalentes de caixa, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras, os quais se resumem basicamente a saldos bancários. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio da definição de práticas, de estratégias e do estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui operações de derivativos.

8.2 Hierarquia de valor justo

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos financeiros		
Valor justo contra o resultado (nível 1)		
Caixa e equivalentes de caixa	60	85
Valor justo contra o resultado (nível 2)		
Caixa e equivalentes de caixa	7.580	148.623

8.3 Risco de crédito:

É o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham

um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou risco de que os títulos tivessem uma perda por redução ao valor recuperável, utilizando para 2025 e 2024 o critério de perdas esperadas.

8.4 Risco Liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. O passivo da Companhia é basicamente composto por saldo de dividendos, que por sua vez são liquidados considerando os fluxos de caixa oriundos dos dividendos a serem recebidos da investida CPFL Energia.

DIRETORIA

Mingyan Liu
Diretor

Futao Huang
Diretor Presidente

CONTADORA

Katia Aparecida de Souza Abate

CRC SP-172089/O-8